

Delimitação da Área de
Reabilitação Urbana
do Centro Histórico de Valença

Câmara Municipal de Valença | lugar do plano, gestão do território e cultura, lda. |

Setembro de 2015

I. Introdução.....	3
II. Objetivos.....	8
III. Enquadramento.....	10
1- No Território.....	10
2- Na História.....	10
IV. Delimitação da ARU.....	13
V. Caracterização da ARU.....	15
1- Morfologia Urbana.....	16
2- Edificado.....	19
3- Espaço Público.....	29
4- Infraestruturas.....	35
VI. Potencialidades e Debilidades.....	36
VII. Estratégia.....	39
1- Critérios de Delimitação da ARU.....	41
2- Objetivos.....	42
VIII. Benefícios Fiscais e Medidas de Incentivos.....	48
IX. Fichas de Imóveis Classificados e Imóveis Notáveis.....	51

I. Introdução

Tendo em conta o paradigma que tem ocorrido em Portugal, nestas últimas décadas, que naturalmente afastou as pessoas dos seus núcleos antigos, a Reabilitação Urbana é hoje uma opção indiscutível que se assume como uma das componentes indispensáveis para a qualificação ambiental, urbana e socioeconómica destes centros.

Não obstante a maioria das intervenções de reabilitação urbana ocorridas nos anos 80/90 do século XX terem incidido quase exclusivamente sobre o edificado e espaço público, dissociadas do contexto local, excluindo intervenções no tecido económico e social, o conceito de reabilitação urbana evoluiu e ganhou hoje outro significado.

Efetivamente, atualmente, esta prática de intervenção corresponde a uma abordagem mais integrada¹ que, além de intervir na reabilitação física do espaço público, edificado, e infraestruturas, envolve a dimensão funcional, humana, ambiental e natural, desencadeando mecanismos de desenvolvimento socioeconómico e cultural, importantes para assegurar a afirmação e competitividade de um território.

“Por conseguinte, a reabilitação urbana é (...) um fenómeno complexo, resultante da interseção de várias linhas de ação política que hoje tentam densificar e tornar efetivo o princípio de sustentabilidade. Longe de se circunscrever a uma realidade estritamente urbanística (...), responde sem dúvida a outras preocupações como se infere de uma leitura atenta do art.º 3.º do Novo Regime Jurídico de Reabilitação

¹ Segundo Dulce Lopes, “O Novo Regime da Reabilitação Urbana”, Cedoua, Lisboa, 2010, p.34, “No texto de referência *Guidance on Urban Rehabilitation*, do Conselho da Europa, a reabilitação urbana é vista como um processo de revitalização ou regeneração urbana a longo prazo que tem como objetivo de melhorar componentes do espaço urbano e o bem-estar e qualidade de vida da população. A reabilitação é, assim, considerada parte de um projeto/plano de desenvolvimento urbano, exigindo uma abordagem integrada que envolva todas as políticas urbanas”.

Urbana, onde avultam sobretudo razões ambientais e socioeconómicas.”²

Constitui, ainda, uma política autónoma da política de ordenamento do território e do urbanismo³ que permite consolidar e ocupar áreas urbanas consolidadas, evitando assim a expansão urbana e impedindo gastos financeiros, desperdícios ambientais e sociais⁴.

Esta política visa a requalificação⁵ e revitalização⁶ urbana, procurando um funcionamento globalmente mais harmonioso e sustentável, cujos objetivos se encontram defendidos pelo Novo Regime de Requalificação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro e alterado pela Lei n.º 32/2012 de 14 de Agosto.

Podendo ser uma solução para atenuar diversos problemas socioeconómicos, ambientais, e de degradação do espaço urbano e do parque edificado, registando-se neste último um desinvestimento dos proprietários, decorrente do congelamento de rendas e da reduzida atualização das mesmas, este novo Decreto-Lei procura dar respostas aos desafios colocados pela Reabilitação Urbana, a saber:

1- Articular o dever de reabilitação dos edifícios, que incumbe aos privados, com a responsabilidade pública de qualificar e modernizar

² Cf., Susana Tavares, “O Novo Regime da Reabilitação Urbana”, Cedoua, Lisboa, 2010, p.10.

³ *Idem, ibidem*, p.10

⁴ LOPES. Dulce, “O Novo Regime da Reabilitação Urbana”, Cedoua, Lisboa, 2010, p.21.

⁵ Com a promoção da construção e o reaproveitamento de equipamentos e infraestruturas, a requalificação urbana procura reintroduzir as qualidades e funções de uma área urbana degradada e desqualificada, valorizando o espaço público com medidas de dinamização social e económica. Visa uma alteração mais radical do que as restantes políticas de intervenção no espaço urbano. (Vázquez, 2005) pelo que estabelece novos padrões de organização e utilização espaciais, revelando um carácter mobilizador e estratégico.

⁶ Este conceito alude à ação de promover nova vida ou devolver dinâmicas perdidas a um tecido urbano degradado, visando o desempenho económico e financeiro, a sustentabilidade física e ambiental, e a coesão social e cultural. Mais abrangente, recorre a um processo de planeamento estratégico que visa o restabelecimento do equilíbrio do sistema urbano degradado, com uma perspetiva organicista e vitalista, sendo que poderá abranger muitas vertentes e aspetos independentes, desenvolvidos por outros modelos de intervenção na transformação do espaço urbano, permitindo a sua interligação e o estabelecimento de diversas relações entre territórios.

o espaço, os equipamentos e as infraestruturas das áreas urbanas a reabilitar;

2- Garantir a complementaridade e coordenação entre os diversos protagonistas, concentrando recursos em operações integradas de reabilitação nas áreas de reabilitação urbana;

3- Diversificar os modelos de gestão das intervenções de reabilitação urbana, abrindo novas possibilidades de intervenção dos proprietários e outros parceiros privados;

4- Criar mecanismos que permitam agilizar os procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas de reabilitação;

5- Desenvolver novos instrumentos que permitam equilibrar os direitos dos proprietários com a necessidade de remover os obstáculos à reabilitação.

Este novo regime veio igualmente alargar o conceito de reabilitação urbana⁷, e colocar aos municípios a "responsabilidade" pela delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana e a "exigência" pela determinação dos objetivos e da estratégia da intervenção que se encontram inerentes a esta delimitação.

Deste modo, a partir da delimitação da **Área de Reabilitação Urbana (ARU)**, definida na Lei n.º 32/ 2012 de 14 de Agosto, na alínea b) do seu artigo 2.º, como sendo uma área "...que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, justifique uma intervenção Integrada...", poder-se-á proceder a uma **Operação de Reabilitação Urbana (ORU)**.

Nesse sentido, obedecendo a este novo regime, apresenta-se no presente documento a **proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Valença**.

⁷ Segundo Susana Tavares e Dulce Lopes, "O Novo Regime da Reabilitação Urbana", Cedoua, Lisboa, 2010, p.12 e p.31, " (...) apesar do Novo Regime de Reabilitação Urbana, ainda que muito simplista e apontar para a preferência da conservação do Património cultural e reabilitação do espaço público, não exclui situações devidamente justificadas que promovam ações mais intensas".

Com efeito, este lugar que, pelas suas qualidades paisagísticas e pelo seu património edificado notável, constituiu uma das referências no território concelhio, regional e nacional, o que induz impreterivelmente à proposta de delimitação de uma ARU.

Para a devida fundamentação da delimitação da ARU proposta, de acordo com a Lei n.º 32/2012 de 14 de Agosto, são apresentados neste documento os seguintes elementos:

1- Descrição e justificação escritas que incluem os critérios inerentes à delimitação da área a reabilitar;

2- Planta com delimitação da área abrangida;

3- Os quadros de benefícios fiscais, com impostos municipais referentes ao património – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), nos termos da alínea a) do artigo 14.º.

Desta forma, o presente documento, que poderá constituir uma base de orientação estratégica de atuação no **Centro Histórico de Valença**, pretende dar cumprimento ao procedimento inicial da aprovação da **delimitação da ARU**, cuja aprovação é da competência da Assembleia Municipal, cumprindo requisitos legais.

De acordo com o enquadramento legal e os objetivos da intervenção, a **ARU determina uma Operação de Reabilitação Urbana Sistemática**, envolvendo não só a reabilitação do edificado, mas também a qualificação das infraestruturas, dos equipamentos, dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, tendo-lhe associado um programa de investimento público enquadrado por um programa estratégico de intervenção.

II. Objetivos

Integrado nas muralhas da Fortaleza, classificadas como Monumento Nacional que assumem particular importância, dada a grandiosidade arquitetónica e dimensão histórica que testemunham lutas, conquistas e trocas culturais entre diversos povos, o Centro Histórico de Valença pertence, sem dúvida, ao imaginário português e internacional.

Esta vila histórica, cujo inequívoco valor cultural faz dela indubitavelmente património da humanidade, é igualmente muito famosa por constituir a porta de saída para o Caminho Português a Santiago de Compostela. Muito visitada e com uma intensa vida comercial, recebeu o nome de “mercadillo”, no qual avulta a venda dos famosos atalhados. Porém, muito vinculada ao comércio, restauração e à memória do lugar, não passa atualmente de um museu ao “ar livre”, onde domina a monofuncionalidade, pouco complementada pelas funções residenciais e equipamentais.

Deste modo, pretende-se devolver a este centro antigo a sua função de núcleo urbano residencial e social, e restituir a qualidade urbana que se foi perdendo ao longo dos anos, pretensões que poderão ser materializadas através da definição de um quadro integrado, coerente e consistente de medidas de gestão e de incentivo à requalificação urbana.

Esta forma de atuação, que não esgota a valorização e qualificação das estruturas físicas, edificado e espaço público, incidirá particularmente na componente humana, com ações que procuram adequar a dimensão habitacional às novas realidades que poderão ser implementadas por meio de incentivos diretos, através da execução de obras e pela via da criação de um ambiente favorável ao investimento.

Nesse sentido, justifica-se e torna-se inevitável a delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana (ARU), a qual permitirá desencadear mecanismos e dotar este antigo núcleo com ferramentas mais eficazes para atrair investimento orientado para a consolidação de dinâmicas sociais e económicas existentes/ emergentes, com sentido de inovação,

num quadro de crescente coesão e sustentabilidade, contribuindo para a afirmação de Valença.

III. Enquadramento

1- No Território

Num território de transição da raia norte portuguesa, que estabelece fronteira com a Galiza, ergue-se, no alto duma colina, a cerca de 60 m de altitude, sobre a margem esquerda do Rio Minho e em frente a Tui, uma das mais importantes fortalezas de Portugal que envolve o valioso antigo núcleo de Valença.

A localização privilegiada e a topografia desta histórica cidade conferem particularidades identitárias, resultantes das condições naturais e das suas vivências, que ultrapassaram os limites do território nacional e foram reforçadas pelas suas relações com outras terras vizinhas, as quais permitiram a construção desta fortaleza que se assume hoje como uma das mais relevantes obras militares da história nacional.

2- Na História

Esta fortificação abaluartada, construída no século XVII, surge num período de hostilidade entre Castela e Portugal, no contexto das guerras da Restauração, tendo sido projetada para enfrentar as ameaças do território vizinho.

As origens desta imponente construção seiscentista remontam, aos inícios do século XIII, tendo sido fundada pelo rei D. Sancho I, a vila medieval de Valença tinha o nome de Contrasta, segundo o foral atribuído à vila⁸.

Esta vila, que se ergueu sobre um antigo povoado fortificado romanizado, num outeiro sobre a passagem do Rio Minho, era servida pela via romana que ligava Bracara Augusta (Braga) a Asturica Augusta (Astorga), por Tude (Tui), conforme indicam estudos arqueológicos que se encontram em desenvolvimento desde 2004. Recebeu carta de foral

⁸ Associação dos Arqueólogos Portugueses. Arqueologia em Portugal 150 anos, 2013, p.92.

de D. Afonso II em 1217, a qual foi confirmada, em 1262, pelo rei D. Afonso III que lhe atribuiu a atual designação de Valença.

Em 1262, D. Afonso III veio renovar este foral, e atribuir a atual designação de Valença a este lugar, concedendo-lhe importantes privilégios e isenções de obrigações militares. Criou, igualmente, novas regras de planeamento e de traçado urbano que alteraram o desenho urbano de Valença, que passou a estruturar-se ao longo de um eixo principal, sendo delimitado por uma cintura muralhada, da qual se desconhece o traçado, uma vez que a mesma sofreu, ao longo dos tempos, diversas alterações, restando apenas alguns vestígios⁹.

A partir desta data, Valença passou a assumir uma importância defensiva e estratégica, reforçada pelo facto de se localizar num lugar de passagem entre o Minho e a Galiza, enquadrando-se a sua fundação no processo de reconhecimento das terras do Minho pelo poder régio nacional.

Deste período descobrem-se a Porta do Açougue, localizada a noroeste, a Porta da Gaviarra ou Portas de Monção, a nascente, que correspondia à principal entrada da fortificação. Esta última, que dava para um fosso e levava para o Rio Minho, era ladeada por duas torres quadrangulares¹⁰. Nesta descobrem-se ainda as pilastras toscanas que suportam uma arquitrave encimada por um brasão dos Noronhas, terminada com brasão nacional.¹¹

No século XIV, foram adicionadas a esta muralha as barbacãs e couraça que comprovam a devida importância desta estrutura neste período, conforme se identificam nos desenhos de Duarte D'Armas, o escudeiro de D. Manuel.¹²

Porém, foi no século XVII que ocorreram as grandes alterações que deram forma à atual estrutura da fortificação. Estas significativas obras, cuja autoria é dada a Miguel de L'Escole, transformaram esta fortaleza

⁹ VALA, Margarida. "A estrutura urbana: da "Bastide" do século XIII à "Praça Forte" seiscentista", Revista Monumentos. n. °12, 2000, p.27

¹⁰ COSTA, Augusto, SILVA, Paula Araújo da. "Intervenções da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais", Revista Monumentos n. °12, 2000, p.59.

¹¹ LOBO, Francisco Sousa. "Um olhar militar sobre Valença", Revista Monumentos n. °12, 2000, p.49.

¹² LOBO, Francisco Sousa. "Um olhar militar sobre Valença", Revista Monumentos n. °12, 2000, p.49.

numa das mais significativas obras militares realizadas em Portugal, a qual foi somente concluída em 1713.

Com estas obras que resultaram no aparecimento de baluartes, tenalhas, falsas bragas e revelins e na construção da Coroada, Valença adquiriu uma nova imagem, passando a estar separada do Rio Minho pela nova muralha, e assistiu, após este período, a outros momentos da história da nossa nação.

Esta monumental fortaleza, que foi restaurada no século XX, é sem dúvida uma obra de referência, sendo uma das principais **Praças Fortes do País**, características conducentes à sua classificação como património da humanidade da UNESCO.

IV. Delimitação da ARU

A Área de Reabilitação Urbana, que se pretende propor, apresenta uma área aproximada de 41 ha, e encontra-se demarcada na planta da figura seguinte. Esta abrange a totalidade do Núcleo Histórico de Valença que corresponde à antiga urbe muralhada.



Figura 1. Planta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana

O inquestionável valor patrimonial, histórico e cultural, que faz deste núcleo uma área urbana de excelência, onde reina um ambiente de exceção, com espaços públicos e imóveis de qualidade, dois dos quais

se encontram classificados, obriga à proposta de delimitação de uma ARU, numa perspetiva de conservação e de valorização.

A área delimitada, que abrange as muralhas e espaço interior edificado, é dominada por comércio, restaurantes, serviços e habitações, estando estas últimas grandemente desocupadas.

V. Caracterização da ARU

O conhecimento e entendimento da área urbana a reabilitar constituem um ponto de partida para o estabelecimento de estratégias de intervenção adequadas, sendo importante e determinante a identificação das características físicas e humanas e das dinâmicas socioculturais, a partir das quais se poderão determinar as potencialidades e debilidades, e estabelecer estratégias de intervenção que permitam a sua adequada reabilitação.

Para esse efeito, para que sejam tomadas as devidas opções, é apresentada no presente capítulo uma breve caracterização da ARU. Esta foi elaborada com base em alguns levantamentos *in loco* e contempla os valores estatísticos dos Censos 2011.

Nesta caracterização foram consideradas **a população residente, a morfologia urbana, o edificado, o espaço público, as infraestruturas, e os usos e as funções do seu edificado**, componentes que serviram de base para a realização de uma **análise SWOT**, a qual se encontra apresentada no capítulo seguinte.

1- População Residente

À semelhança de outros centros históricos, o núcleo antigo de Valença apresenta uma população bastante envelhecida.

Com efeito, avaliando os valores dos censos registados no ano de 2011¹³, em que a sua população correspondia a um n.º total de 208 de residentes, identificava-se para a faixa etária correspondente aos 65 ou mais anos um valor percentual de 55,29 %, sendo que 37,98 % representavam os residentes com idades entre 20 aos 64 anos, e 6,73,% correspondiam aos jovens abrangidos pela faixa etária de 0 a 19 anos.

Comparando os valores registados para a faixa etária mais envelhecida, relativa aos indivíduos com mais de 64 anos, com os da freguesia, que registava somente 18,83% para o mesmo escalão, verifica-se que estes assumem proporções mais elevadas, resultados que comprovam o elevado índice de envelhecimento na área em estudo.

2- Morfologia Urbana

O Centro Histórico de Valença, que se encontra implantado num local estratégico e envolvido pelas suas muralhas, foi sem dúvida uma das principais Praças forte do País, constituindo um dos " Ex-libris" do território do Alto Minho.

Dada a sua dimensão, com uma extensão de muralha de 5,5 quilómetros, e à sua idade, com 700 anos de história, esta fortaleza é reconhecida como sendo a terceira mais importante de Portugal, encontrando-se classificada como Monumento Nacional.

¹³ Conforme dados definitivos dos Censos de 2011 do INE, acedido em maio de 2015.



Figura 2. Vista Exterior das Muralhas

Esta gigantesca muralha (figura 2), com patamares sobrepostos que aproveitam a topografia local, divide-se em dois espaços urbanos, correspondentes a dois polígonos irregulares: a **“Magistral”** ou **“Vila Velha”**, localizada a norte, e a **“Coroadá”**, a sul.

Interligadas pela **Porta do Meio**, estes dois núcleos encontram-se separados por um fosso que os circunda, sendo igualmente envolvidos pela cintura muralhada pontuada por baluartes e revelins. Aquela isolava a antiga vila medieval e permitia uma ampla área de visibilidade e de fogo.

A **“Vila Velha”**, que concentrava outrora grande parte da população e os principais equipamentos sociais, integra o velho núcleo medieval. Delimitada por sete baluartes que se distribuem em cada um dos extremos da sua estrutura, apresenta um traçado ortogonal, sensivelmente oval, estruturado pela antiga Rua Direita - atual Rua Mouzinho de Albuquerque e Rua Conselheiro Machado. Este eixo, que rasga a fortaleza no sentido longitudinal norte-sul, estabelece a relação entre as duas portas da “ antiga urbe” – Porta da Gaviarra e Porta do Meio e une o Largo de Santa Maria dos Anjos à Praça da República, passando pelo Largo Dr. José Maria Rodrigues.

A Praça da República e o Largo de Santa Maria dos Anjos, constituem os seus espaços principais, onde se implantam, respetivamente os atuais Paços do Concelho, a Igreja de Santa Maria e a Igreja da Misericórdia e do Pranto. Estes imóveis localizam-se na confluência dos diversos percursos existentes, três dos quais são provenientes das portas de Gaviarra, do Sol e do Meio.

Paralela a este eixo descobre-se uma sequência de vias, ao longo das quais se desenvolvem os Largos Visconde de Guaratiba, de São Teotónio, do Governo Civil e dos Inválidos, e onde se implantam outros edifícios importantes, nomeadamente a Igreja de Santo Estêvão, a antiga Casa do Governo Militar de Valença e a Casa do General Ribeiro de Carvalho.

- A **"Coroadá"**, projetada para fins exclusivamente militares, apresenta uma área menor, praticamente desimpedida de construções e circunscrita aos cinco baluartes posicionados nos seus extremos. Revela uma malha reticulada, demarcada pela posição central da Capela da Irmandade Militar, e limitada a poente pelo Campo da Parada – Campo de Marte, onde existia um quartel. Atualmente, este último é apenas demarcado pelo volume do edifício do paiol principal.

A Rua Apolinário da Fonseca é hoje o principal arruamento da Coroadá e corresponde ao prolongamento do eixo oriundo da "Vila Velha", Rua Mouzinho de Albuquerque e Rua Conselheiro Machado. Inicia na Porta do Meio e termina na Porta da Coroadá, localizada a sul.

Outrora, o eixo estruturante da Coroadá desenvolvia-se ao longo da antiga Rua do Poço, atual Rua 5 de Outubro, a qual permitia a comunicação direta entre as duas portas da fortaleza. Foi interrompida com a implantação de edificações.

3- Edificado

Repleto de memórias, é inquestionável o valor patrimonial do edificado do centro histórico, que constitui um dos pontos de partida para a sua preservação e valorização.



Fig. 3 Fortaleza de Valença



Fig. 4. Porta do Meio de acesso à Coroada
Fonte: Revista Monumentos, n.º 12

• Património Classificado

A fortaleza defensiva (figura 3), cujo projeto inicial nunca foi executado¹⁴, corresponde a uma fortificação abaluartada que envolve dois núcleos, a “Coroada” e a Magistral” (Vila Velha), que se encontram unidos pela Porta do Meio, conforme citado anteriormente.

É constituída por sete baluartes que delimitam o núcleo principal (Vila Velha), três baluartes na Coroada, e por dois meios baluartes que separam este último corpo com o central, sendo o seu sistema de acesso definido por um conjunto de portas, no qual se destaca a Porta da Coroada que corresponde ao principal acesso deste conjunto¹⁵.

Circundante a esta primeira cintura, surge uma segunda que é formada por quatro revelins: revelins da Gaviarra, das Portas do Sol, da Fonte da Vila e da Porta da Coroada, e duas tenalhas: de São Francisco e a localizada junto ao baluarte do Socorro¹⁰.

Classificada como Monumento Nacional, em 1928, esta fortaleza que ordenava todo o sistema defensivo do Norte de Portugal, constitui sem dúvida uma das obras maiores da nossa história.

¹⁴ Associação dos Arqueólogos Portugueses. Arqueologia em Portugal 150 anos, 2013, p.93.

¹⁵ VALA. Margarita. “A estrutura urbana: da “Bastide” do século XIII à “Praça Forte” seiscentista”, Revista Monumentos n.º 12, 2000, p.29.



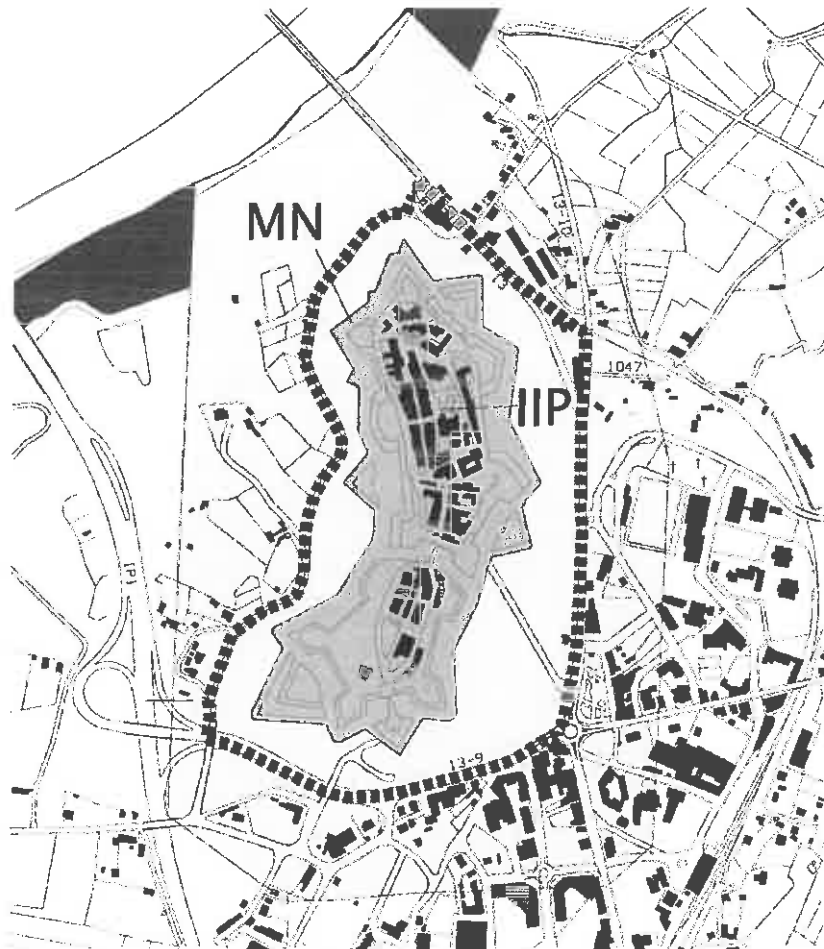
Fig. 5. Marco Miliário/
Pelourinho de Valença

O seu antigo marco miliário romano (figura 5), mandado construir pelo Imperador Cláudio, é outro monumento deste núcleo, pelo que se encontra classificado como Imóvel de Interesse Público.

Este marco foi descoberto no sítio de Arinhos, e transportado para a Praça de Valença em 1680, onde serviu de pelourinho. Mais tarde, passou a implantar-se à porta do hospital.

É um monólito cilíndrico, com cerca de 2,5 m de altura e 50 cm de diâmetro, do ano 43 da nossa era (século I), e pequeno orifício com ferro cravado no interior, que marca, com algum rigor, a distância a Braga, em relação à cidade de Tui.

Apresenta igualmente uma inscrição: "TI(berius) CLAUDIVS, CAESAR / AUG(ustus) GERMANICUS / PONTIFEX, MAX(imus), IMP(erator) V, / CO(n)S(ul) III, TRIB(unicia) POTEST(ate), / III, P(ater) P(atriciae) BRACA(ra) / XLII" que corresponde à seguinte tradução: "O imperador Tibério Cláudio, César Augusto, máximo pontífice germânico, cinco vezes imperador, cônsul três, e três do poder tribunício, pai da pátria. Daqui a Braga 42 milhas".



Legenda

Imóveis Classificados

MN - Fortificações da Praça de Valença do Minho
Decreto n.º 23 122, DG, 1.ª Série, n.º 231, de 11-10-1933



Delimitação das Fortificações da Praça de Valença do Minho

IIP - Pelourinho de Valença
Decreto n.º 15 178, DG, 1.ª Série, n.º 60, de 14-03-1928

Zona de Proteção



ZEP - Zona Especial de Proteção das Fortificações
Portaria n.º 65/2010, DR, 2.ª Série, n.º 12, de 19-01-2010

■■■■ Limite da Área de Reabilitação Urbana

Figura 6. Património Classificado



Fig. 7. Edificado



Fig. 8. Casa do Poço

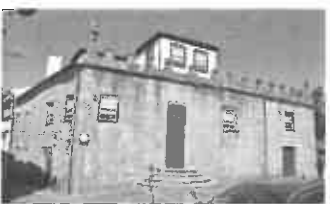


Fig. 9. Casa do Eirado

• Imóveis Notáveis

Além das referências nacionais, este antigo núcleo conta com um elevado número de imóveis notáveis (figuras 7, 8, 9 e 10), cuja métrica e composição revelam influências da arquitetura militar da fortaleza. Com efeito, as grandes casas que ostentam cornijas balançadas e alguns edifícios revivalistas e com tendência estilística perceptível nos imóveis habitacionais, culturais e de equipamentos, ajustaram-se ao desenho e traçado desta muralha.

A Igreja românica de Santa Maria dos Anjos, do séc. XIII, a Igreja da Colegiada de Santo Estevão, a Igreja da Misericórdia, de arquitetura barroca e neoclássica, a antiga Casa da Câmara e Cadeia, (dos séc. XVIII/XIX/XX), a Fonte da Vila (do séc. XV), a Casa do Poço (do séc. XVII), a Casa do Eirado (do séc. XV) e a antiga Casa do Governador Militar de Valença são, entre outras, referências notáveis que estruturam e qualificam este conjunto edificado, todas elas localizadas na "Vila Velha".

A Coroada, embora apresente uma menor densidade construtiva, é igualmente pontuada por alguns imóveis notáveis. A Capela Militar do Bom Jesus, de arquitetura barroca e neoclássica, a Estátua de S. Teotónio, que homenageia o primeiro Santo português natural de Valença, e o Paio do Campo de Marte, demarcam o seu espaço muralhado.

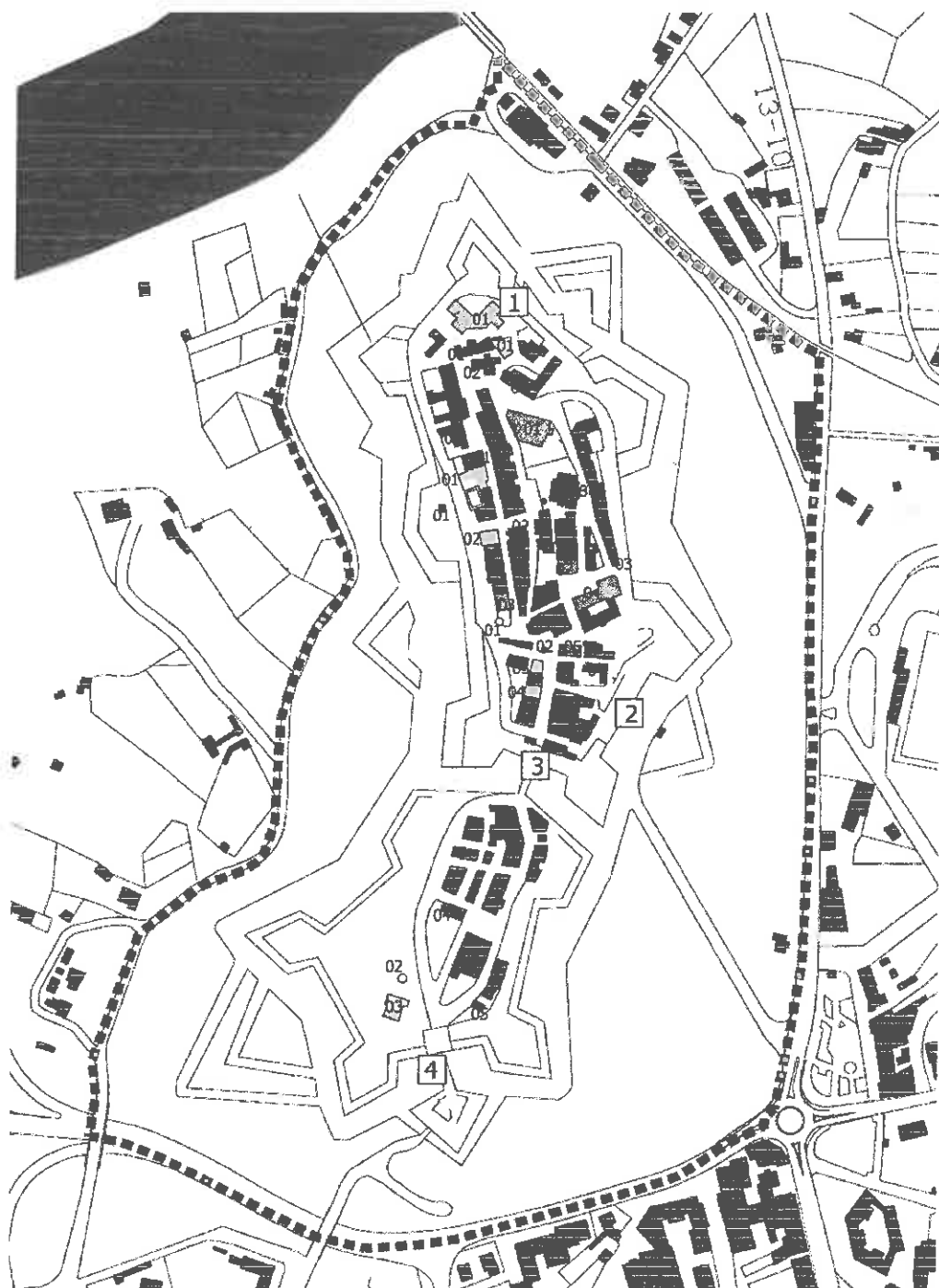


Figura 10. Imóveis Notáveis do Centro Histórico de Valença

Imóveis Notáveis

■ Edifícios Habitacionais

- 01- Casa Manuel no Largo Visconde do Guaratiba
- 02- Casa Brasonada na Rua Mouzinho de Albuquerque
- 03- Casa Mnuellna na Rua José Rodrigues
- 04- Casa do Eirado
- 05- Antiga Casa do Governador Civil

■ Edifícios habitacionais e administrativos

- 01- Casa Selscentista na Rua Maestro Sousa Morais e Trav. do Eirado

■ Edifícios habitacionais e comerciais

- 01- Casa do Marechal Chapallmaud de Nussane
- 02- Casa Manuelna na Rua Mouzinho de Albuquerque
- 03- Casa do General Ribelro de Carvalho
- 04- Casa com nicho na Rua Conselheiro Lopes da Silva

■ Edifícios de Turismo

- 01- Pousada de São Teotónio
- 02- Casa do Poço (turismo de habitação)
- 03- Palol de Marte (loja de turismo)

■ Edifícios Culturais

- 01- Antiga Assembleia Valenciana
- 02- Antiga Cadeia | Casa da Cultura
- 03- Casa das Varandas (Biblioteca)
- 04- Tribunal
- 05- Câmara Municipal

■ Edifícios Administrativos

- 01- Hospital da Misericórdia
- 02- Edifício dos Correios, Telégrafos, Telefones e CTT de Valença
- 03- Edifício da Caixa Geral de Depósitos
- 04- Tribunal
- 05- Edifício dos Paços de Concelho

■ Edifícios Religiosos

- 01- Igreja da Misericórdia e do Pranto
- 02- Igreja Matriz ou de Santa Maria dos Anjos
- 03- Igreja de Santo Estêvão ou da Colegiada
- 04- Capela do Bom Jesus
- 05- Capela de Nosso Senhor dos Passos

■ Passos da Via Sacra

- Alminhas

■ Edifícios Infraestruturais

- 01- Fonte da Vila
- 02- Fonte Sselcentista

■ Outros Edifícios

- 01- Cruzeiro dos Centenários de Valença
- 02- Monumento aos Combatentes da Grande Guerra em Valença

Portas da Vila Medieval

- 1 Porta da Gavijarra
- 2 Porta do Sol
- 3 Porta do Meio
- 4 Porta da Coroada

■■■■, Limite da área a reabilitar - ARU

Figura 11. Legenda da Planta dos Imóveis Notáveis do Centro Histórico de Valença

Estado de Conservação

As operações de reabilitação e de restauro, que têm vindo a ser desenvolvidas nestes último anos pela autarquia e administração central, não conseguem suprir o problema da contínua degradação do seu parque edificado, identificando ainda construções em mau estado de conservação, nomeadamente as edificações particulares, algumas das quais se encontram simultaneamente devolutas, conforme se verifica na planta e figuras seguintes.

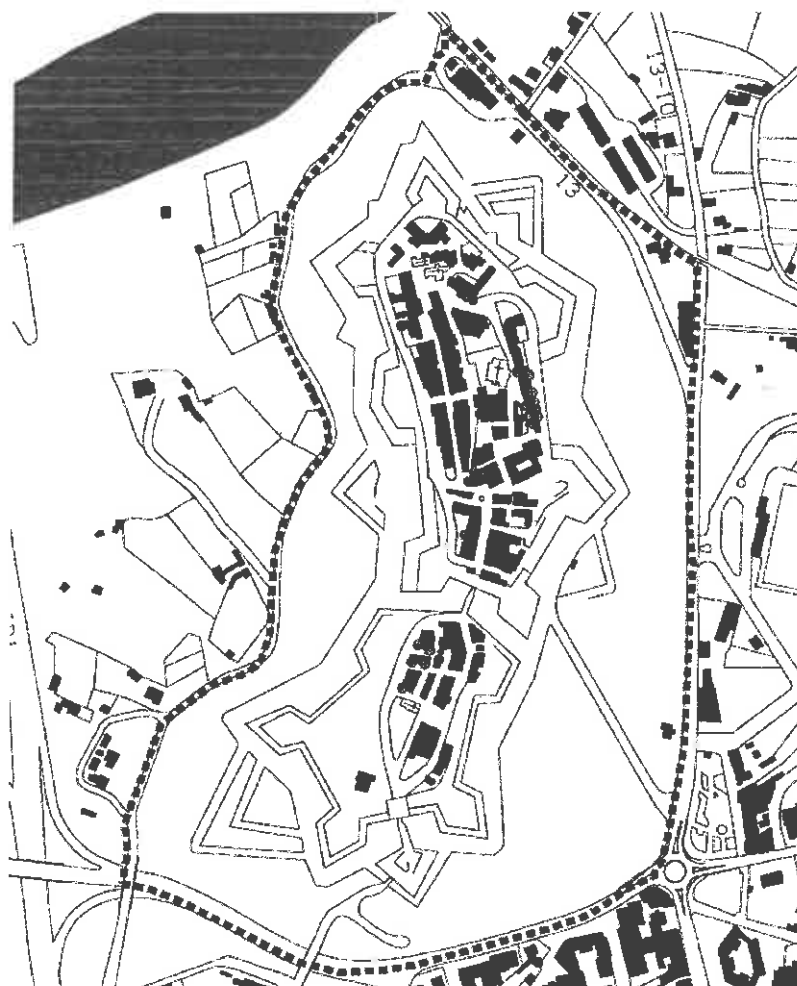


Figura 12. Imóveis degradados e devolutos

Legenda

- Edifícios Degradados e Devolutos
- ▣▣▣▣ Limite da Área de Reabilitação Urbana

Imóveis degradados, localizados na Fortaleza



Figura 13. Edifícios da Rua da Trindade



Figura 14. Edifícios da Rua Dr. Augusto José Vieira





Figura 15. Largo de Visconde de Guaratiba e Rua da Oliveira



Figura 16. Largo dos Inválidos

Imóveis degradados, localizado na Coroadá



Figura 17.





Figura 18.



Figura 19.



Figura 20.

Usos e funções

Em termos de ocupação e de distribuição de funções, conforme referido anteriormente, identificam-se no centro histórico problemas que não podem ser negligenciados, como é o caso do abandono dos edifícios habitacionais, uma vez que alguns não contemplam critérios de vivência e de habitabilidade.

Deste modo, face a esta contínua desocupação, que não consegue ser atenuada pelo comércio tradicional e restauração, urge desenvolver estratégias que possam induzir à reocupação dos edifícios residenciais e à dinamização deste centro histórico, através de ações e medidas capazes de inverter o despovoamento deste núcleo.

Entre as muitas medidas que podem alterar estas tendências, referem-se as prementes reabilitações e adaptações de alguns edifícios desocupados em equipamentos educativos/ culturais e futuras residências universitárias de apoio ao Instituto politécnico de Viana do Castelo (IPVC). Estas ações, além de atraírem uma população mais jovem, poderão simultaneamente apoiar o ensino e investigação e desencadear outras dinâmicas locais complementares às existentes.

Ainda, mediante a análise à população residente, maioritariamente envelhecida, salienta-se a necessidade de se criarem valências e serviços que possam responder às necessidades dos mais idosos.

A diversificação e dinamização do comércio local serão outros aspetos a desenvolver. Este, muito vocacionado para o turismo e a venda de atoalhados, deverá alargar e diversificar a sua oferta, de forma a atrair outras populações, estratégia complementar que poderá a sustentabilidade do lugar, numa perspetiva de fomentar a qualidade de vida desta comunidade.

4- Espaço Público

Potenciais geradores de vida urbana, os espaços públicos assumem-se como lugares multifuncionais, recreativos, sociais, culturais e económicos, onde se desenvolvem atividades importantes para a qualidade ambiental e urbana que contribuem para o reforço da centralidade deste núcleo. A valorização dos mesmos poderá atrair e reter residentes e induzir o fenómeno da requalificação urbana.

Analisando o desenho urbano do Centro Histórico de Valença descobre-se uma morfologia diversa, constituída por praças, largos, ruas, travessas e becos que constituem uma rede onde é possível valorizar atividades de excelência e dinamizadoras deste antigo núcleo.

De entre esta multiplicidade espacial, distingue-se um conjunto de espaços estruturantes que compreende **a Praça da República, os largos de Santa Maria dos Anjos, São Teotónio, 7 de Junho, Governo Militar, Visconde Guaratiba, Bom Jesus, Dr. Alfredo Magalhães, e o Campo de Marte**, onde se localizam os edifícios públicos mais utilizados na vivência quotidiana das populações.

Marginantes à cerca descobrem-se o Jardim das Amoreiras e alguns espaços com vegetação rasteira que cobre os diversos patamares da muralha e que definem um corredor verde contínuo envolvente ao núcleo.

Assim, no âmbito da reabilitação deste conjunto urbano, de modo a intervir futuramente com operações integradas, foi feita uma análise aos seus sistemas de utilização coletiva, a partir da qual se identificaram algumas situações mais evidentes e merecedoras de intervenção que se resumem nos seguintes pontos:

Mobilidade

- Ausência de trajetos pedonais acessíveis em algumas áreas, particularmente nos espaços ajardinados, contíguos à cerca;
- Passeios com lancis sem rebaixamentos e pouco ajustados à mobilidade segura;
- Indevida localização de alguns elementos, sinalética e luminárias, constituindo estas barreiras à mobilidade pedonal.

Mobiliário Urbano

- Iluminação pouco eficiente e pouco ajustada ao ambiente urbano e que não contemplam os parâmetros relativos à eficiência energética e qualidade ambiental;
- Mobiliário inestético;
- Ausência de mobiliário urbano em algumas zonas, tais como papeleiras e bancos.

Pavimentos

- Pavimentos indefinidos nas zonas marginantes ao talude da cerca, nomeadamente na Rua Dr. José Augusto Vieira;
- Pavimentos em mau estado de conservação e alguns arruamentos, nomeadamente nas Ruas Dr. Pedro Augusto Dias, Rua Maestro Silva Morais e Travessa da Gaviarra.

Espaços Verdes

- Desqualificação de alguns espaços verdes que ladeiam a cerca e que marginam o arruamento que margina a cerca do lado nascente do recinto magistral;

Estacionamentos

- Espaço de estacionamento desorganizado no espaço extra-muralha;
- Alguns estacionamentos aleatórios em algumas ruas, nomeadamente no arruamento que margina a cerca, do lado poente;
- Falta de estacionamentos de apoio ao comércio existente.

Problemas de Mobilidade



Figura 21.

1 - Rua José Rodrigues- sem rebaixamento de lancis (Fortaleza);
2 Rua da Trindade- rampeamento com grande inclinação (Fortaleza); 3 – Rua da Trindade -passeio muito estreito (Fortaleza)

Mobiliário Urbano inadequado e mal posicionado



Figura 22.

1.Rua 5 de Outubro (Coroadá);2.Rua José Rodrigues (Fortaleza); 3. Rua da Oliveira (Fortaleza)

Pavimentos em mau estado de conservação



Figura 23.

1e 2.Rua Dr. Pedro Augusto Dias (Fortaleza); 3.Travessa do Gaviarra (Fortaleza)

Problemas de Estacionamento



Figura 24. Estacionamento aleatório
1.Rua Maestro Sousa Mourais (Fortaleza); 2.Coroada



Figura 25.

1.Rua da Oliveira -Sobrecarga de Estacionamento; 2. Rua do Conselheiro Lopes –
Estacionamento Ocasional



**Figura 26. Estacionamento mal dimensionado, sem lugares definidos e com falta de
tratamento paisagístico**
Parque de estacionamento extra-muralhas

Desqualificação de alguns espaços verdes marginantes à cerca



Figura 27. Rua Dr. Augusto Vieira

5- Infraestruturas

De uma forma geral, a área a intervir apresenta uma boa rede de cobertura a nível de infraestruturas, algumas das quais já foram substituídas e outras encontram-se atualmente a ser intervir. Porém, a norte da Fortaleza, subsistem algumas situações merecedoras de requalificação, particularmente nos arruamentos em que a pavimentação não foi substituída.

Acrescem a estes problemas, outros de ordem funcional e estética que importa corrigir, de forma a melhorar a imagem urbana deste núcleo notável e assegurar boas condições e qualidade de vida à sua população.

Assim, considera-se importante a necessidade de construir uma rede subterrânea para implantar todas as infraestruturas relativas à eletricidade, telefones, TV e rádio.

Revela-se importante, no sentido de valorizar o património edificado, a execução de uma revisão da iluminação das muralhas e de alguns arruamentos, propondo-se a reparação ou substituição dos projetores existentes, e substituição das luminárias de rua por outras mais estéticas que contemplem os parâmetros de eficiência energética.

VI. Potencialidades e Debilidades

Face à análise urbana da área da ARU, reconheceram-se as diversas potencialidades e as fragilidades, recorrendo à análise SWOT, a partir da qual poder-se-á estabelecer estratégias ou medidas a implementar.

Forças

- Proximidade em relação a Espanha e à Capital da Região;
- Localização central no Noroeste Peninsular;
- Existência de empreendimentos de âmbito regional com capacidade para induzir o desenvolvimento económico e urbano, tais como a Pousada de São Teotónio e a Casa do Poço;
- Património histórico, arquitetónico e arqueológico rico;
- Centro Histórico bem conservado;
- Existência de alguns espaços públicos qualificados;
- Forte aposta na requalificação urbana com intervenções globais de requalificação nos espaços públicos da Fortaleza e Coroada e no edificado, tais as Casas Matas Cineteatro e antigos Cineteatro e Alfândega;
- Reabilitação de edifícios para adaptação de residências universitárias;
- Ampla oferta ao nível da restauração;
- Dinamização do comércio tradicional através de campanhas promocionais e animação nos espaços públicos;
- Boa cooperação institucional;
- Condições que potenciam o desenvolvimento da atividade turística;
- Condições que potenciam a atratividade comercial;
- Razoável cobertura de equipamentos administrativos culturais e recreativos;
- Paisagem envolvente de qualidade, dominado pela presença do Rio Minho;
- Inserido no itinerário dos Caminhos de Santiago de Compostela;
- Gastronomia e Etnografia;
- Existência de uma Pousada.

Fraquezas

- Fraca dimensão demográfica e baixo número de jovens;
- Envelhecimento populacional;

- Abandono do Centro Histórico e grande número de edifícios desocupados;
- Degradação de alguns imóveis habitacionais em algumas zonas da área delimitada;
- Incapacidade de investimento dos residentes;
- Sistema de Iluminação pouco eficiente em algumas zonas;
- Infraestruturas com necessidade de reparação ou de substituição, e remoção;
- Cabos de telefones e de eletricidade, antenas e condutas canalizações que se encontram a descoberto;
- Pavimentos inadequados à acessibilidade e mobilidade pedonais;
- Mobiliário urbano inestético e mal posicionado;
- Estacionamentos aleatórios e problemas de circulação interna;
- Fraca aposta na diversificação do Comércio local.

Potencialidades

- Indiscutível valor patrimonial do conjunto muralhado que potencia ao seu reconhecimento internacional e a sua classificação como Património da Humanidade;
- Vontade política, por parte da autarquia, em dinamizar a atividade turística e cultural do núcleo antigo;
- Promoção no turismo integrado, com o reforço da atração turística cultural;
- Atratividade turística;
- Atratividade comercial;
- Atividades económicas relevantes a nível internacional;
- Casco histórico atrativo, jovem, que possa vir a contemplar as diversas faixas etárias;
- Modernização, atratividade e diversificação do comércio tradicional;
- Transformação do casco em centro comercial ao "ar livre";
- Valorização do potencial endógeno do território do Vale do Minho;
- Produtos turísticos de qualidade;
- Imagem de marca diferenciada no território concelhio, regional e nacional.
- Reforço da Rota dos Caminhos de Santiago de Compostela e desta com outras rotas culturais da região, nacionais e internacionais;
- Vantagens locativas relativamente à rede viária;
- Rede viária interna sem congestionamento.

Ameaças

- Período de crise económica mundial, que poderá acentuar a sua interioridade;
- Saída dos jovens;
- Despovoamento e envelhecimento da população;
- Recessão europeia, em particular em Espanha;
- Concorrência comercial das grandes superfícies;
- Competição territorial;
- Dependência do financiamento externo.

VII. Estratégia

Inúmeros foram os esforços para a salvaguarda, qualificação e dinamização do Centro Histórico de Valença, os quais têm vindo a ser promovidos desde há muito pela Câmara Municipal, sendo particularmente evidentes as intervenções nos espaços públicos e as obras nas muralhas que resultaram na criação de galerias técnicas destinadas a vários serviços, cujo projeto é da autoria do arquiteto Souto Moura. Porém, verificam-se alguns problemas que não devem ser negligenciados, os quais se refletem na qualidade do ambiente urbano.

Para que estes problemas sejam ultrapassados deve ser estabelecida uma estratégia que não se cinge à reabilitação do espaço físico e a meros "fachadismos", erro que tem vindo a ser muito reproduzido na maioria dos centros históricos do país, nestes últimos anos.

Neste sentido, a estratégia de reabilitação deve contemplar questões de ordem socioeconómica, particularmente o contínuo abandono do parque habitacional, questão premente a solucionar e que poderá ser ultrapassada com ações e medidas capazes de inverter esta tendência, através de dinâmicas socioculturais e instalação de equipamentos que possam atrair a população, nomeadamente os jovens.

Por outro lado, a aposta na qualidade dos serviços, comércio e de novos equipamentos, que possam atrair a população mais jovem, poderá constituir estratégias complementares para a sustentabilidade do lugar.

Ainda, no que diz respeito à qualidade do ambiente urbano, importa resolver questões de circulação viária/pedonal e de estacionamento, uma vez que este notável conjunto edificado atrai diariamente turistas, cujas visitas se refletem numa acumulação de viaturas que invadem e desvirtuam o seu espaço público, dificultando a mobilidade e acessibilidades dos seus transeuntes.

Por fim, a candidatura do Centro Histórico de Valença a Património Mundial poderá desenvolver sinergias para a conservação do seu

património, desencadear ações culturais e reforçar a projeção deste lugar de excelência.

Nesse contexto, urge a inevitável atuação e definição de uma estratégia adequada, com base numa intervenção integrada de planeamento e de ordenamento, a qual poderá ser implementada, desde já, através da delimitação da ARU, a qual constituirá um passo importante para a requalificação com incentivos à iniciativa privada.

1- Critérios de Delimitação da ARU

Mediante a análise do lugar e avaliação dos problemas identificados para delimitação da ARU proposta e de forma a estabelecer uma adequada intervenção, foram considerados os seguintes critérios:

- **Identidade**, inerente à história e ao caráter único deste núcleo histórico;
- **Cultural**, respeitante à preservação e valorização do património cultural, nomeadamente os monumentos, gastronomia e etnografia;
- **Urbanísticos**, que consideram a época urbana do seu desenvolvimento ou transformação, as características morfológicas próprias e que contemplam o **edificado e os espaços públicos**;
- **Funcionais**, relativos às funções equipamentais, habitacionais, comerciais e serviços, que são determinantes para a sua devida articulação com outros territórios e criação de dinâmicas, nomeadamente o repovoamento;
- **Dinâmicos**, que contribuem para o desenvolvimento social e económico e eficiência do processo de reabilitação, tal como o turismo, festividades, animação de rua, etc.;
- **Acessibilidade e Mobilidade**, cujos objetivos são a adaptação do edificado e dos espaços públicos às condições de mobilidade e acessibilidade pedonal e viária, e a melhoria do estado de conservação dos arruamentos;
- **Ambientais**, referentes à melhoria da qualidade ambiental.

2- Objetivos

Inerente à proposta de delimitação da ARU, encontra-se um conjunto de objetivos estratégicos e específicos que poderão criar condições favoráveis à Reabilitação Urbana, os quais formulamos seguidamente:

Objetivos Estratégicos

Deste modo, observando as opções e objetivos estratégicos do PDM em vigor, a ARU estruturar-se-á segundo os seguintes objetivos estratégicos:

1. **Preservação do centro histórico e valorização do património edificado como fator de identidade e competitividade e potenciador do desenvolvimento turístico;**
2. **Valorização paisagística do núcleo histórico de Valença;**
3. **Melhorar as condições urbanas do centro histórico;**
4. **Fomentar novos usos no centro histórico, como forma de atratividade;**
5. **Promover uma sociedade inclusiva;**
6. **Apostar na sustentabilidade, recorrendo às energias alternativas, nomeadamente a nível de transportes e de iluminação;**
7. **Diversificar e potenciar uma 'oferta urbana' qualificada; em termos de habitação, serviços e equipamentos;**
8. **Potenciar, diversificar e qualificar o comércio local**
9. **Criação de dinâmicas para a fixação de população;**
10. **Inverter o despovoamento verificado nas últimas décadas;**
11. **Potenciar o turismo;**
12. **Dinamização e articulação das dinâmicas culturais, sociais e económicas com o território regional e nacional;**
13. **Promover e valorizar os percursos existentes: Caminhos de Santiago de Compostela, articulando com outros regionais e nacionais.**

Objetivos Específicos

A ARU proposta contempla ainda outros objetivos mais específicos que permitirão a implementação da estratégia de intervenção, os quais formulamos seguidamente:

1- Melhoria das Condições Urbanas

- Garantir o equilíbrio e a continuidade funcional entre a área que se propõe reabilitar e a cintura envolvente;
- Devolver a cidade histórica ao peão;
- Promover a multifuncionalidade da área a reabilitar, privilegiando o uso habitacional, comercial e de serviços;
- Criar condições de qualidade habitacional, adaptando as habitações tradicionais às condições atuais de vida;
- Criar dinâmicas que apostem na função residencial e na reocupação dos edifícios habitacionais;
- Qualificação e diversificação do comércio local, o qual se encontra muito direcionado para a venda de têxtil lar e pronto a vestir;
- Potenciar o aumento da dinâmica comercial e empresarial através de um comércio diversificado e modernizado, a par dos serviços e dos equipamentos;
- Reforçar o papel do centro como polarizador de dinâmicas culturais, sociais, económicas, capaz de atrair e reter residentes.

2- Requalificação e Revitalização do Parque Edificado Existente

- Reabilitação dos edifícios degradados e funcionalmente desadequados;
- Adequação do edificado às boas condições de utilização e funcionalidade dos edifícios;
- Adaptação de edifícios existentes a novas funções para eventuais novos equipamentos e serviços que possam motivar a fixação da população;
- Adaptação dos edifícios públicos e administrativos às condições de mobilidade;
- Adaptação de imóveis degradados para equipamentos culturais e educativos que possam complementar e apoiar o ensino e investigação;
- Adaptação de imóveis para equipamentos de apoio à população mais idosa;
- Valorização de edifícios e pormenores de valor histórico e patrimonial;
- Potenciar um maior dinamismo imobiliário, que permita a entrada de novos atores;
- Adaptação e reabilitação de alguns edifícios em residências universitárias, de apoio ao polo do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), nomeadamente a Casa das Varandas e o imóvel n.º 115, localizado na Rua Mouzinho de Albuquerque.

3- Requalificação dos espaços públicos e espaços verdes

- Repavimentação de alguns arruamentos, nomeadamente as Ruas Dr. José Augusto Vieira, da Trindade e Augusto Vieira, Travessa da Gaviarra e Avenida de Cristelo;
- Renovação das redes de abastecimento de água, águas pluviais, esgotos, gás e telecomunicações, nomeadamente na área norte e as zonas marginantes da cerca da Fortaleza;
- Remoção dos cabos inestéticos de eletricidade, telefones, e antenas, e construção de uma rede subterrânea;
- Substituição de luminárias e de mobiliário inestético e inadequado;
- Aposta em Iluminação mais eficiente, ajustada ao contexto urbano que contempla os parâmetros relativos à eficiência energética e qualidade ambiental, com a introdução do sistema LED;
- Melhoramento da ligação das águas pluviais do interior da Fortaleza com a rede exterior;
- Remoção dos contentores e reposicionamento de uma forma integrada em locais mais estratégicos, recorrendo à vegetação;

4- Melhoria das Condições de Acessibilidade e Mobilidade

- Adaptação dos edifícios existentes e adequação dos novos às condições de mobilidade e acessibilidade, nomeadamente no seu interior;
- Alteração do material de revestimento dos passeios e da faixa de rodagem na Rua Dr. José Augusto Vieira, e Avenida Cristelo;
- Melhorar o acesso pedonal de alguns espaços e arruamentos, dos quais se salientam a Rua Dr. José Augusto Vieira, a Avenida Cristelo e Campo da Feira;
- Aposta no mobiliário urbano de “*design* inclusivo”;
- Criar condições de mobilidade sazonal;
- Limitar o estacionamento no interior do centro histórico em algumas épocas do ano com alternativas de mobilidade sustentável.

5- Estacionamento e Circulação Viária

- Limitar o trânsito do centro histórico, criando alternativas com sistemas de mobilidade não poluentes. Como exemplo refere-se um transporte não poluente tipo minibus elétrico;
- Criação de bolsas de estacionamento no espaço exterior ao casco histórico, exclusivamente destinadas a comerciantes;

- Delimitar estacionamentos destinados aos residentes no interior do centro histórico;
- Redefinição e delimitação dos lugares de estacionamento no parque extra-muralhas.

6- Apoio aos Particulares

- Criação de um programa de apoio à reabilitação e arrendamento urbano para fins habitacionais;
- Incentivar os privados à reabilitação do seu património, recorrendo à atribuição de benefícios fiscais, e celeridade no processo administrativo e outros programas de apoio;
- Promover a reocupação do edificado desocupado;
- Criar condições para atrair novos residentes.

7- Desenvolver ações que potenciem o desenvolvimento do turismo

- Reforçar a divulgação e integração do Património classificado nos roteiros regionais, nacionais e internacionais;
- Criação de novos percursos histórico-culturais no casco antigo, integrados em rotas existentes;
- Valorizar os percursos existentes: Caminhos de Santiago de Compostela, articulando com outros regionais e nacionais;
- Dar continuidade aos projetos dos festivais gastronómicos de maior visibilidade em conjunto com mostras de gastronomia e vinhos, acompanhadas por workshops;
- Apostar nas relações com o território espanhol vizinho.

8- Desenvolver ações que potenciem o desenvolvimento cultural

- Diversificar e dinamizar a oferta cultural no Centro Histórico;
- Potenciar a atratividade do Centro Histórico, recorrendo à reabilitação de edifícios degradados e à adaptação dos mesmos em espaços culturais. Destacam-se nesta área as seguintes ações:
 - a. Adaptação de Casas-Matas em núcleos expositivos;
 - b. Reabilitação do antigo Cineteatro;
 - c. Readaptação de áreas da antiga Alfândega.
- Requalificação e adaptação de alguns espaços públicos, nomeadamente o antigo Campo da Feira, para que possam contemplar atividades culturais e de lazer e se transformem em lugares de encontro;
- Apostar em atividades recreativas e culturais.

9- Sustentabilidade e Ambiente

- Apostar na eficiência energética da iluminação pública, recorrendo ao sistema LED'S e substituindo algumas luminárias;
- Apostar na sustentabilidade ambiental, recorrendo a alternativas de sistemas de mobilidade não poluentes.

VIII. Benefícios Fiscais e Medidas de Incentivo

Na operacionalização de uma estratégia de reabilitação urbana, obedecendo ao estabelecido pelo RJRU, compete ao município a liderança nas diversas funções: regular e monitorizar a intervenção; assegurar a realização de um conjunto de ações de natureza material ou incorpórea; e estimular outras entidades, designadamente as da esfera privada, empresarial ou individual, a aderir à dinâmica global de reabilitação.

Desta forma, a delimitação da área de reabilitação urbana obriga o município a sistematizar e propor instrumentos e mecanismos de apoio e incentivo a mobilizar para a implementação da estratégia de reabilitação urbana, podendo estes ser de natureza diversificada: incentivos de natureza fiscal, incentivos de natureza administrativa e ainda instrumentos de apoio financeiro.

Neste sentido, as operações de reabilitação urbana nesta área beneficiarão, nos termos da alínea a) do artigo 14.º, e da alínea f) do n.º2, do artigo 33.º da Lei n.º32/2012, de 14 de agosto, dos seguintes benefícios fiscais e medidas de incentivo:

1. Benefícios Fiscais

• **IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis**

Isenção de IMI por um período de 5 anos, a partir do ano de conclusão da reabilitação de prédio urbano ou de fração autónoma de prédio urbano destinada a habitação.

• **IMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis**

São isentas de IMT as aquisições de prédio urbano ou de fração autónoma de prédio urbano destinada a habitação própria e permanente na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado.

- **IRS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares**

A- Imóveis recuperados:

Dedução à coleta, até ao limite de (euro) 500, 30 % dos encargos suportados com a respetiva reabilitação (Artigo 71.º n.º4 EBF);

B - Rendimentos de imóveis inteiramente decorrentes do arrendamento de imóveis arrendados passíveis de atualização faseada das rendas, nos termos dos artigos 27.º e seguintes do NRAU, aprovado pela Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro;

C - Os rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português são tributadas à taxa de 5 %, sem prejuízo da opção pelo englobamento, quando são objeto de ações de reabilitação (Artigo 71.º n.º6 EBF).

Mais Valias

As mais-valias auferidas por sujeitos passivos de IRS residentes em território português são tributadas à taxa autónoma de 5 %, sem prejuízo da opção pelo englobamento, quando sejam inteiramente decorrentes da alienação de imóveis (Artigo 71.º n.º5 EBF).

- **IVA – Imposto sobre Valor Acrescentado**

Aplica-se a taxa de 6% de IVA (taxa reduzida) às obras de reabilitação urbana.

- **IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas**

Isenção de IRC nos rendimentos obtidos por fundos de investimento imobiliário em que pelo menos 75% dos seus ativos sejam bens imóveis sujeitos a reabilitação realizada na ARU.

- **Rendimentos Prediais**

Tributação à taxa reduzida de 5%, após a realização das obras de recuperação, para imóveis que foram objeto de reabilitação e imóveis arrendados passíveis de atualização faseada das rendas, nos termos dos artigos 27.º e seguintes do NRAU, aprovado pela Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro.

2. Medidas de Incentivo ao Arrendamento

- **Incentivo ao arrendamento**

- a) Ter o agregado e os membros do agregado familiar residência permanente na habitação a que se refere a candidatura;
- b) Não ser o candidato ou os membros do agregado familiar, proprietários ou arrendatários de outro prédio ou fração autónoma destinados a habitação;
- c) Não ser o candidato ou os membros do agregado familiar, parentes ou afins do senhorio na linha reta ou na linha colateral;
- d) Não estar o candidato ou os membros do agregado familiar a usufruir de apoios públicos para fins exclusivamente habitacionais, exceto se o apoio se justificar por constituição de novo agregado familiar;
- e) Não ser o RMB do candidato e do agregado familiar respetivo inferior a uma vez, nem superior a quatro vezes, o valor da renda máxima admitida;
- f) A soma dos rendimentos brutos auferidos pelo candidato e por todos os membros do agregado familiar ser compatível com uma taxa de esforço máxima de 60%.

- **Incentivo ao arrendamento Jovem**

Entre os 18 e os 35 anos.

- **Incentivo ao arrendamento estudantes**

Regime específico para os estudantes a frequentar Ensino Superior em Valença.

- **Incentivo ao arrendamento Eurocidade**

A Espanhóis que fixem residência/arrendamento no Centro Histórico.

3. Outras Medidas de Incentivo

- Medidas de apoio e de prestação de serviços a nível de arqueologia;
 - Redução em 50% das taxas de licenciamento em edifícios reabilitados.¹⁶

¹⁶Considera-se edifício reabilitado, aquele cuja reabilitação confira um estado de conservação em pelo menos dois níveis acima do atribuído antes da intervenção nos termos do NRAU e do Decreto-Lei n.º 236-B/2012, de 31 de dezembro.

IX. Fichas de Imóveis Classificados e Imóveis Notáveis

Ficha de Imóveis Classificados

Fortificações da Praça de Valença do Minho



Localização: Valença

Classificação: MN - Monumento Nacional, Decreto n.º 15 178, DG, I Série, n.º 60, de 14-03-1928

Data de Construção: Séc. XIII, XVII, XVIII

Tipologia: Arquitetura militar medieval

Descrição: Aponta-se, como possível data de construção do primitivo reduto defensivo, o ano de 1217, aquando da atribuição do seu primeiro foral. Porém, em 1262, com D. Afonso III, estas muralhas passaram a abarcar toda a povoação, restando da mesma apenas alguns vestígios.

Mais tarde, no século XVII, para resistir aos ataques dos espanhóis, que tentaram tomar Valença em 1643 e 1657, estas muralhas

foram umas das mais significativas construções militares, cujo projeto se deve ao engenheiro militar Miguel l'Escole¹⁶.

Mediante estas obras, a imagem de Valença foi significativamente alterada, assim como a sua relação com o Rio, tendo esta sido restaurada ao longo do séc. XX.

Descrição adaptada do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana e DGPC, junho de 2015.

¹⁶ VALA, Margarita. "A estrutura urbana: da "Bastide" do século XIII à "Praça Forte" seiscentista", Revista Monumentos n.º 12, 2000, p.27.

Pelourinho de Valença / Marco Miliário



Localização: Largo da Trindade

Classificação: MN - Monumento Nacional, Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933

Data de Construção: Séc. I D.C.

Tipologia: Arquitetura Civil

Descrição: Este antigo marco miliário, com cerca 2.15 m de altura e 54 cm de diâmetro, encontrava-se na margem esquerda do Rio Minho, no sítio de Arinhos, em frente a Tui, e foi levado para a Praça de Valença, onde terá servido de pelourinho da vila durante alguns anos; encontrando-se atualmente implantado no adro da Igreja de Santo Estêvão.

Descrição adaptada do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana e DGPC. junho de 2015

Ficha de Imóveis Notáveis

Igreja Matriz ou de Santa Maria dos Anjos



Localização: Largo Santa Maria dos Anjos

Data de Construção: Séc. XIII / XVI / XVIII / XX

Tipologia: Arquitetura Religiosa

Descrição: Este templo, de arquitetura religiosa, românica, quinhentista e revivalista, apresenta contudo um românico tardio, conforme se identifica nos cachorros da cornija que apresentam motivos zoomórficos e antropomórficos

Descrição adaptada do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, junho de 2015.

Capela do Bom Jesus



Localização: Largo do Bom Jesus (Coroadá)

Data de Construção: Séc. XVII / XVIII / XIX

Tipologia: Arquitetura Religiosa

Descrição: Esta capela barroca e neoclássica, de planta longitudinal e nave única, ostenta na sua fachada principal um portal de arco pleno, assente em capitéis toscanos, enquadrado por pilastras jónicas que suportam um entablamento, com friso convexo e frontão de volutas. Estas encontram-se interrompidas por uma janela central que termina em frontão curvo.

Este portal encontra-se igualmente ladeado por duas janelas retangulares, encimadas por frontões triangulares e abocantados. Fonte: IHRU

Descrição adaptada do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, junho de 2015.

Igreja de Santo Estêvão ou da Colegiada



Localização: Largo do Hospital Militar.

Data de Construção: Séc. XIV / XVIII / XIX

Tipologia: Arquitetura Religiosa

Descrição: É um templo neoclássico que apresenta uma planta longitudinal de 3 naves e 3 tramos. O Portal da fachada principal é ladeado por pilastras e coroado por frontão entrecortado.

Descrição adaptada do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, junho de 2015.

Igreja da Misericórdia e do Pranto



Localização: Largo Santa Maria dos Anjos

Data de Construção: Séc. XVIII / XIX

Tipologia: Arquitetura Religiosa

Descrição: De arquitetura religiosa, barroca e neoclássica, esta igreja foi muito reformulada no séc. XIX. A sua fachada principal é decorada com torre sineira, pilastras toscanas nos cunhais e portal em arco pleno. Este último encontra-se sobrepujado por óculo circular, e cruz sobre acrotério no remate da empena. A Fachada Sul, rasgada por uma janela retangular e um portal de verga reta com entablamento e encimado por edícula que alberga imagem de Nossa Senhora da Misericórdia.

Fonte: IHRU

Adaptada do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, junho de 2015.

Passos da Via Sacra



Localização:

Data de Construção: Séc. XVIII

Tipologia: Arquitetura Religiosa

Descrição: Estes oratórios encontram-se em número de 4 e distribuem-se pelo Largo de Visconde de Guaratiba, Rua de São Francisco, Rua Mouzinho de Albuquerque e o último na Capela de Senhor do Encontro ou de São Sebastião, na Rua Apolinário da Fonseca.

De arquitetura rococó, estes passos apresentam algumas semelhanças e estabelecem um percurso que vai da Igreja da Misericórdia até à Capela de São Sebastião.

Descrição adaptada do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, junho de 2015.

Alminhas de Nossa Senhora do Carmo



Localização: Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, Rua Apolinário da Fonseca

Data de Construção: Séc. XIX / XX

Tipologia: Arquitetura Religiosa

Descrição: Grupo de duas Alminhas, sendo uma de provável construção oitocentista e outra novecentista, sendo que ambas apresentam um painel alusivo à salvação das Almas do Purgatório.

Descrição adaptada do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, junho de 2015.

Pousada de São Teotónio



Localização: Largo da Trindade

Data de Construção: Séc. XX

Tipologia: Arquitetura Civil

Descrição: Este edifício, construído nos finais dos anos nos cinquenta e início dos anos sessenta que apresenta referências locais e regionais, com influências das Pousadas de Vila Nova e Salamonde (Gerês), de Januário Godinho. Este enquadra-se na paisagem minhota, dominando a colina e assemelhando-se a um espigueiro

Neste se evidencia o contraste dos materiais, estabelecido pela transparência do vidro e a rudeza do betão e do granito.

Descrição adaptada do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, junho de 2015.

Fonte: IHRU

Hospital da Santa Casa da Misericórdia



Fonte: IHRU

Localização: Rua Visconde de Guaratiba, Rua José Rodrigues

Data de Construção: Séc. XIX

Tipologia: Arquitetura Civil

Descrição: Este edifício define uma praça, que abre a sua fachada principal sobre a rua. De arquitetura neoclássica, é caracterizado pela sobriedade das linhas, funcionalidade

planimétrica e simetria da distribuição dos vãos, com planta retangular irregular composta por um volume simples, ao qual se adossa, na fachada lateral uma Capela. As Fachadas principal e laterais desenvolvem-se em 2 pisos diferenciados pela faixa central, com embasamento em cantaria de granito, cunhais apilastrados e remate em cornija.



Descrição adaptada c

Fonte: IHRU

Reabilitação Urbana, junho de 2015.

Caso do Eirado



Localização: Largo São Teotónio

Data de Construção: Séc. XV / XVII / XVIII / XIX / XX

Tipologia: Arquitetura Civil

Descrição: A Casa do Eirado é um edifício de arquitetura manuelina, com volumetria regular e implantação em gaveto.

As suas fachadas em alvenaria de granito aparente, encontram-se rasgadas com vãos retos demarcados com molduras chanfradas ou decoradas por toro e vários elementos vegetalistas, por vezes formando um arco canopial.



Descrição adaptada do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, junho de 2015.

Cadeia Civil de Valença | Casa da Cultura



Localização: Rua Mouzinho de Albuquerque, Dr. José Maria Rodrigues e Travessa do Hospital Militar

Data de Construção: Séc. XVIII / XIX / XX

Tipologia: Arquitetura Civil

Descrição: Com planta retangular, simples, apresenta fachadas rebocadas e pintadas de branco, com dois pisos, separados por friso de cantaria e terminadas com cornija. Ao centro do alçado principal surge uma esfera armilar encimada por cartela circular com os sete castelos sobrepostos, e coronei, partido.

Este antigo edifício seiscentista e oitocentista, correspondente à antiga cadeia civil de Valença foi alvo de remodelações para ser adaptado a Núcleo Museológico.

Descrição adaptada do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, junho de 2015.

Edifício dos Paços de Concelho



Localização: Praça da República

Data de Construção: Séc. XIX / XX

Tipologia: Arquitetura Civil

Autor do Projeto: Arq. José Pereira Viana (1881)

Descrição: De Arquitetura neoclássica, este imóvel apresenta uma planta retangular simples, com fachadas de dois pisos divididos por faixa e cunhais, terminada com um friso preenchido com argolas de ferro, cornija e platibanda ornada de almofadas retangulares.

Descrição adaptada do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, junho de 2015.

Casa do Poço



Localização: Travessa da Gaviarra
Data de Construção: Séc. XVII / XIX
Tipologia: Arquitetura Civil

Descrição: Este edifício residencial seiscentista e oitocentista apresenta uma planta retangular simples, com fachadas de dois a três pisos divididos por faixa e cunhais, sendo terminadas com cornija e cobertura de quatro águas.

O seu alçado principal encontra-se rasgado no primeiro piso por uma porta reta central, ladeado por janelas quadrangulares, e decorado no segundo, por janelas de sacada, encimadas por friso e cornija, e um brasão no centro.

Inicialmente composto por dois pisos, foi-lhe acrescentado, na segunda metade do séc. XIX, um terceiro andar. Este último encontra-se preenchido por duas marquises laterais, uma porta central, duas janelas de peitoril, e uma varanda.

Descrição adaptada do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, junho de 2015.

Edifício da Caixa Geral de Depósitos



Fonte: IHKU

Localização: Largo José Maria Rodrigues; Rua Mouzinho de Albuquerque; Rua de Oliveira.

Data de Construção: Séc. XX
Tipologia: Arquitetura Civil

Descrição: Este edifício de arquitetura nacionalista adapta-se ao declive do terreno e revela uma linguagem simples, com volume retangular, com dois a três pisos, sendo os primeiros revestidos a cantaria de granito.

Atualmente, a Agência da Caixa Geral de Depósitos, apresenta atualmente uma utilização administrativa: Serviços de Cultura, Educação, Ação Social, Desporto e Turismo, Tesouraria, Taxas, Licenças e Águas / Financeira: Caixa Multibanco.

Descrição adaptada do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

Edifício dos Correios, Telégrafos, Telefones e CTT de Valença



Localização: Largo de São Teotónio, Rua Maestro Sousa Morais

Data de Construção: Séc. XX

Tipologia: Arquitetura Civil

Descrição: Este edifício novecentista constituído por vários escalonados, de disposição verticalista, apresenta uma planta poligonal e as suas fachadas de dois a três pisos encontram-se revestidas a nível do primeiro andar.

A sua utilização como Equipamento, Correios, vem desde o início da sua edificação.

Descrição adaptada do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, junho de 2015.
Fonte: IHRU

Antigo Edifício da Assembleia Valenciana



Localização: Rua Mouzinho de Albuquerque (antiga Rua Direita)

Data de Construção: Séc. XIX

Tipologia: Arquitetura Civil

Descrição: Este Grémio literário de Arquitetura civil recreativa, oitocentista, apresenta uma planta retangular composta por dois corpos retangulares horizontais, de três pisos, encontram-se revestidas a nível do primeiro andar.

A fachada principal virada a Poente é de dois pisos que se encontram separados por alto friso de cantaria e divididas em três panos delimitados por pilastras apenas ao nível do segundo piso, rematadas inferiormente por gotas, terminada em friso e cornija sobreposta.



Descrição adaptada do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, junho de 2015.

Edifício da Antiga Casa do Governo Militar de Valença



Localização: Largo do Governo Militar, Rua Guilherme José da Silva

Data de Construção: Séc. XVIII / XX

Tipologia: Arquitetura Civil

Descrição: A Antiga Casa do Governador Civil é um imóvel setecentista de planta em U e fachadas de dois pisos, rasgadas por vãos emoldurados a cantaria, sendo que a principal é rasgada, no primeiro piso por portas e por janelas, e no segundo, por três janelas de sacada centrais e de peitoril laterais. Nas fachadas laterais abrem-se janelas de peitoril e, no segundo piso, uma de sacada.



Descrição adaptada do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, junho de 2015.

Museu do Bombeiro – Manuel Valdez Sobral



Localização: Rua Dr. Ilídio do Vale

Data de Construção: Séc. XX

Tipologia: Arquitetura Civil

Descrição: Este edifício novecentista de planta retangular é constituído por dois corpos, sendo um deles mais estreito e saliente, com fachadas de dois pisos, terminadas em cornija e beiral, preenchidas por vãos retos. A fachada principal apresenta uma zona central alteada, formando falso espaldar contracurvado, terminado em cornija e beiral, albergando brasão dos Bombeiros, rasgado por porta encimada por duas janelas de sacada comum. Com utilização inicial de Residencial: Hospedaria Militar funciona atualmente um Museu do Bombeiro Manuel Valdez Sobral.

Descrição adaptada do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, junho de 2015.
Fonte: IHRU

Casa das Varandas



Fonte: IHRU

Localização: Rua da Trindade

Data de Construção:

Tipologia: Arquitetura Civil

Descrição: Este edifício de arquitetura vernacular e de planta trapezoidal, localizado no gaveto da travessa do Eirado e Rua da Trindade, era inicialmente constituído por dois pisos, aos quais foi acrescentado uma varanda avançada em madeira que percorre todo o volume.

Inicialmente residencial, este é atualmente um espaço cultural: Zona de serviços (cave) / Relações Públicas e Protocolo

Descrição adaptada do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, junho de 2015.

Casa Manuelina no Largo do Visconde de Guaratiba



Fonte: IHRU

Localização: Largo do Visconde de Guaratiba

Data de Construção: Séc. XVI / XVIII

Tipologia: Arquitetura Civil

Descrição: De arquitetura manuelina, com fachada principal de dois pisos em cantaria de granito à vista e rebocada, este imóvel era inicialmente constituído por dois pisos, na qual se encontram no primeiro registo dois amplos arcos de volta perfeita, de aduelas largas e altas, assente nos pés direitos; o da esquerda chanfrando, e o da direita igualmente chanfrado.

Descrição adaptada do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, junho de 2015.

Casa Manuelina da Rua Mouzinho de Albuquerque



Fonte: IHRU

Localização: Rua Mouzinho de Albuquerque

Data de Construção: Séc. XVI / XX

Tipologia: Arquitetura Civil

Descrição: Arquitetura residencial, manuelina, com fachada principal em cantaria aparente, rasgada, no piso térreo, por duas portas, uma de verga reta de umbreiras decoradas e um outro de verga reta com arco canopial, e no segundo por janela de sacada com arco trilobado e uma janela de peitoril.

Descrição adaptada do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, junho de 2015.

Casa Brasonada da Rua Mouzinho de Albuquerque



Esta é constituída no piso térreo, por uma portal central e duas janelas de peitoril, e, no segundo andar, por uma janela de peitoril e de sacada.

Fonte: IHRU

Localização: Rua Mouzinho de Albuquerque nº 139

Data de Construção: Séc. XVII / XVIII / XIX

Tipologia: Arquitetura Civil

Descrição: De arquitetura residencial, maneirista, esta casa brasonada apresenta uma planta retangular e uma fachada principal de dois pisos, limitada nos seus cunhais por pilastras, e terminada em friso e cornija.

Descrição adaptada do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, junho de 2015.

Casa Seiscentista na Rua Maestro Sousa Morais e Travessa do Eirado



Localização: Rua Maestro Sousa Morais e Travessa do Eirado.

Data de Construção: Séc. XVII / XX

Tipologia: Arquitetura Civil

Descrição: É resultante da junção de imóveis, com lotes estreitos, cuja fachada principal é delimitada por pilastras toscanas, com gárgulas em canhão, sendo rasgada no primeiro piso por porta e duas janelas e no segundo, separado por friso, duas janelas de sacada comum, assente em mísulas, encimadas por friso e cornija.

Descrição adaptada do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

Fonte: IHRU

Casa do Marechal Champallimaud de Nussane



Localização: Rua Mouzinho de Albuquerque

Data de Construção: Séc. XVIII

Tipologia: Arquitetura Civil

Descrição: De arquitetura tardo-barroca, com fachada principal, de dois pisos, rasgada por vãos de verga abatida; no primeiro piso, com pequena cornija sobreposta a meio por elemento fitomórfico e formando pingentes laterais. No segundo piso observam-se duas janelas de sacada, com moldura igual às dos vãos inferiores, mas com o fecho ornado por voluta e flor-de-lis estilizada, com guarda

em gradeamento de ferro. Sobre a pilastra esquerda, existe uma cartela em losango com a data de 1770 inscrita.

Fonte: IHRU

Descrição adaptada do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, junho de 2015.

Casa do General Ribeiro de Carvalho



Localização: Rua Conselheiro Lopes da Silva, Praça da República, Travessa dos Artelheiros.

Data de Construção: Séc. XVII / XX

Tipologia: Arquitetura Civil

Descrição: Edifício barroco, com fachadas de três pisos

A principal, de três panos delimitados por pilastras, apresenta no central uma portal principal, de verga abatida encimada por cornija e espaldar contracurvado, no segundo piso janelas de peitoril encimada por friso e cornija e no terceiro janela de sacada, de moldura recortada e terminada em dupla cornija e friso denticulado

Fonte: IHRU

Descrição adaptada do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, junho de 2015.

Casa Manuelina na Rua José Rodrigues



Localização: Rua José Rodrigues n.º46

Data de Construção: Séc. XVI / XX

Tipologia: Arquitetura Civil

Descrição: Casa manuelina, de lote estreito e com dois pisos, rasgados apenas por um vão em cada piso. O primeiro apresenta uma porta de moldura biselada e verga reta esculpida de modo a formar arco canopial. No segundo descobre-se uma janela de peitoril com frisos laterais, arco canopial igual e inferiormente arco canopial invertido.

Descrição adaptada do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, junho de 2015.

Casa com nichos na Rua Conselheiro Lopes



Localização: Rua Conselheiro Lopes da Silva n.º 26 - 38

Data de Construção: Séc. XVII / XVIII / XX

Tipologia: Arquitetura Civil

Descrição: Imóvel seiscentista e setecentista. Apresenta uma fachada principal de dois pisos, pilastras toscanas nos cunhais, terminadas em friso e cornija,

rasgado e moldurados, tendo no segundo janelas de peitoril enquadrando nichos.

Fonte: IHRU

Descrição adaptada do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, junho de 2015.

Fonte da Vila



Localização: no fosso da fortaleza de Valença, do lado O., entre o baluarte da Lapa e o de São João, protegida a O. pelo revelim designado de Fonte da Vila

Data de Construção: Séc. XV / XVII / XVIII

Tipologia: Arquitetura Civil/infraestrutural

Descrição: Esta fonte medieval seiscentista (ou setecentista) foi alvo de alterações reformulada nos séculos. XVII e XVIII, sendo constituída por maciço retangular irregular,



formando na face frontal um espaldar que termina em cornija, com brasão nacional.

Possui igualmente duas bicas e um tanque frontal. Descobrem-se igualmente em seu redor, dois outros tanques, um deles é um lavadouro.

Descrição adaptada do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, junho de 2015.

Cruzeiro dos Centenários de Valença



Localização: Rua Mouzinho de Albuquerque

Data de Construção: Séc. XX

Tipologia: Arquitetura Civil/Comemorativa

Descrição: Marco comemorativo de base circular assente sobre soco de planta quadrangular circular, onde assenta plinto paralelepípedo e coluna monolítica, baixa, e capitel também paralelepípedo, possuindo em cada uma das faces o escudo de Portugal saliente, com as cinco quinas dispostas em cruz.

Descrição adaptada do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, junho de 2015.

Monumento aos Combatentes da Grande Guerra em Valença



Localização: Campo de Marte

Data de Construção: Séc. XX

Tipologia: Arquitetura Civil/Comemorativa

Descrição: Monumento comemorativo e eclético da participação portuguesa alusivo à I Guerra Mundial. Apresenta um soco com planta quadrangular, uma coluna de fuste liso e capitel decorado com escudos, ábaco torreado, encimado por plinto suportando a figura de Niké - a deusa alada da Vitória, segurando coroa de louros

Descrição adaptada do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, junho de 2015.

Fonte: IHRU